

SEMINÁRIO / Temas como responsabilidade fiscal e social, infraestrutura, educação e saúde serão debatidos na próxima quinta-feira, em evento realizado pelo **Correio**. Autoridades, especialistas e empresários participarão dos painéis

Expectativas para o novo governo

» FERNANDA STRICKLAND

O **Correio Braziliense** realizará, na próxima quinta-feira, o seminário “Desafios 2023, o Brasil que queremos”, um debate em torno das expectativas para o próximo ano, o primeiro do novo governo do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Além da transmissão ao vivo pelo site e pelas redes sociais do jornal, o evento acontecerá no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, no Auditório Alvorada, em Brasília, das 14h às 19h, e será mediado pelo jornalista Vicente Nunes.

Em formato de painéis de discussão, o encontro contará com autoridades e representantes da equipe de transição do governo, empresários, especialistas e formadores de opinião ligados ao tema. Todos debaterão sobre contas públicas, infraestrutura, educação, saúde e demais questões de interesse público. Durante o seminário, haverá quatro painéis: Responsabilidade fiscal e responsabilidade social; O crescimento passa pela infraestrutura; A sociedade quer ser

ouvida — educação; e A saúde como fonte de sustentabilidade da nação. Além disso, o equilíbrio entre a responsabilidade fiscal e a social deve permear todos os tópicos de discussão, uma vez que é a maior preocupação do presidente eleito, em função do avanço dos índices de pobreza no país.

Educação de qualidade

Segundo o diretor de Educação e Tecnologia da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e diretor-geral do Senai, Rafael Lucchesi, o Brasil tem grandes desafios, e todos eles estão fortemente atrelados à educação. “O país passa por uma transição demográfica, onde a agenda de capital humano é decisiva para escaparmos da armadilha de renda per capita média baixa”, explicou.

“Temos também um elevado desemprego entre jovens, graves problemas de baixa produtividade, precisamos avançar muito na agenda de qualidade da educação, bem como corrigir a nossa distorção na matriz educacional, ampliando de maneira significativa a educação

Agencia Senado



O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, contribuirá com as reflexões na abertura do seminário

profissional técnica”, apontou.

Lucchesi frisou que, no Brasil, menos de 10% dos jovens têm acesso à educação profissional técnica, quando na média dos países desenvolvidos esse número se situa entre 40% e 50%. “Há grandes desafios na agenda da transformação econômica da economia digital, da indústria 4.0. Seguramente, na sociedade do conhecimento, a educação tem um papel fundamental, é um pilar no qual temos que assegurar a nossa inserção”, declarou.

A fundadora e presidente do Instituto Lado a Lado pela Vida, Marlene Oliveira, ressaltou que

no evento um dos principais pontos a serem destacados será a necessidade de ampliar, fortalecer e inovar na Atenção Primária. “Ela atua como porta de entrada para a navegação dos brasileiros ao sistema, com capacidade de atender entre 80% e 90% das necessidades de saúde da população”, disse.

De acordo com Oliveira, é fundamental a identificação de caminhos que possibilitem a incorporação de tecnologias que cheguem ao paciente. Atualmente, há medicamentos incorporados no SUS há quase quatro anos que estão somente no papel, sem que o cidadão brasileiro tenha acesso.

Confira a programação completa:

ABERTURA

- 14h00 — Rodrigo Pacheco, presidente do Senado Federal
- 14h20 — Armínio Fraga, ex-presidente do Banco Central

14H40 — 1º PAINEL: RESPONSABILIDADE FISCAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL

- Juliana Damasceno, economista da Tendências Consultoria
- José Roberto Afonso, economista e um dos pais da Lei de Responsabilidade Fiscal
- Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da Ryo Asset
- 15h30 — Simone Tebet, senadora: “O social não pode esperar”

15H50 — 2º PAINEL: O CRESCIMENTO PASSA PELA INFRAESTRUTURA

- Tony Volpon, estrategista da Wealth High Governance
- Jorge Arbache, vice-presidente do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF)
- Zeina Latif, economista

COFFEE BREAK: 16H50 ÀS 17H

- 17h — Henrique Meirelles, ex-ministro da Fazenda: “Credibilidade para o crescimento”

17H20 — 3º PAINEL: A SOCIEDADE QUER SER OUVIDA — EDUCAÇÃO

- Cláudia Costin, diretora do Centro de Políticas Educacionais da FGV
- Celso Niskier, presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes)
- Raphael Lucchesi, diretor de Educação e Tecnologia da CNI e diretor-geral do Senai
- Marcos Lisboa, economista e presidente do Insuper
- Igor Calvet, presidente da Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI)

18H00 — 4º PAINEL: A SAÚDE COMO FONTE DE SUSTENTABILIDADE DA NAÇÃO

- Humberto Costa, ex-ministro da Saúde
- Paulo Rebello, presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)
- Marlene Oliveira, presidente do Instituto Lado a Lado pela vida
- 18h40 — Encerramento
- Michel Temer, ex-presidente da República

TRANSIÇÃO

GTs finalizam relatórios por área

» VICTOR CORREIA

Chega ao fim hoje o governo de transição. O encerramento das atividades foi marcado pela entrega dos relatórios finais de cada grupo de trabalho (GT) ainda ontem. Ao final do dia, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) encontrou, no hotel em que está hospedado, na Zona Central de Brasília, a cúpula de seu futuro governo, incluindo ministros já nomeados.

Após críticas sobre a falta de representatividade nos primeiros anúncios, os próximos nomes divulgados devem ser de mulheres, que ocuparão pastas de grande impacto. A expectativa é que as nomeações ocorram entre hoje e amanhã, após a diplomacia. Entre as principais cotadas estão a senadora Simone Tebet (MDB-MS), para o Desenvolvimento Regional, a cantora Margareth Menezes, para a Cultura, e a presidente da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Nísia Trindade, para a Saúde.

Já para a Educação, deve ser

anunciada a governadora do Ceará, Izolda Cela (sem partido). Para os Povos Originários, a deputada eleita Sônia Guajajara (Psol-SP) pode assumir a inédita pasta.

O principal tema da reunião de ontem foi a elaboração do desenho da Esplanada dos Ministérios e a tramitação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Transição na Câmara, cuja votação pode ser iniciada ainda hoje.

Estiveram no local vice-presidente eleito Geraldo Alckmin (PSB); o senador eleito Wellington Dias (PT-PI), apontado para coordenar o ajuste orçamentário durante a transição; a presidente nacional do PT, Gleisi Hoffmann; o relator-geral do Orçamento de 2023 e autor da PEC, Marcelo Castro (MDB-PI); o coordenador dos GTs da transição, Aloizio Mercadante; e os futuros ministros Rui Costa (Casa Civil) e Fernando Haddad (Fazenda).

Relatórios

Os pareceres dos GTs foram recebidos pela coordenação geral da transição, que inclui Alckmin e o ex-ministro Aloizio Mercadante. Os documentos elaborados serão consolidados em um único relatório geral, o qual deve ser concluído por volta de 20 de dezembro. Os grupos foram divididos em 31 temas, com uma composição próxima ao que será a Esplanada dos Ministérios no governo Lula.

O encerramento da transição foi anunciado na sexta-feira. A equipe deve deixar o CCBB até amanhã. O local sediou o governo de transição desde 7 de novembro. A expectativa é que seja realizado um evento de encerramento, com a presença do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para agradecer os participantes.

“O relatório final terá um diagnóstico de cada área e alertas para os primeiros meses de governo. As emergências orçamentárias, sugestões de revogações em cada área, propostas de estrutura e de ações

Barbara Cabral/Esp. CB



As 31 equipes da transição estavam instaladas no CCBB, em Brasília, desde 7 de novembro

prioritárias”, disse Alckmin, durante entrevista coletiva na sexta-feira. Com o fim dos trabalhos da transição, os ministros já anunciados poderão atuar em seus respectivos setores e receberão também os relatórios temáticos.

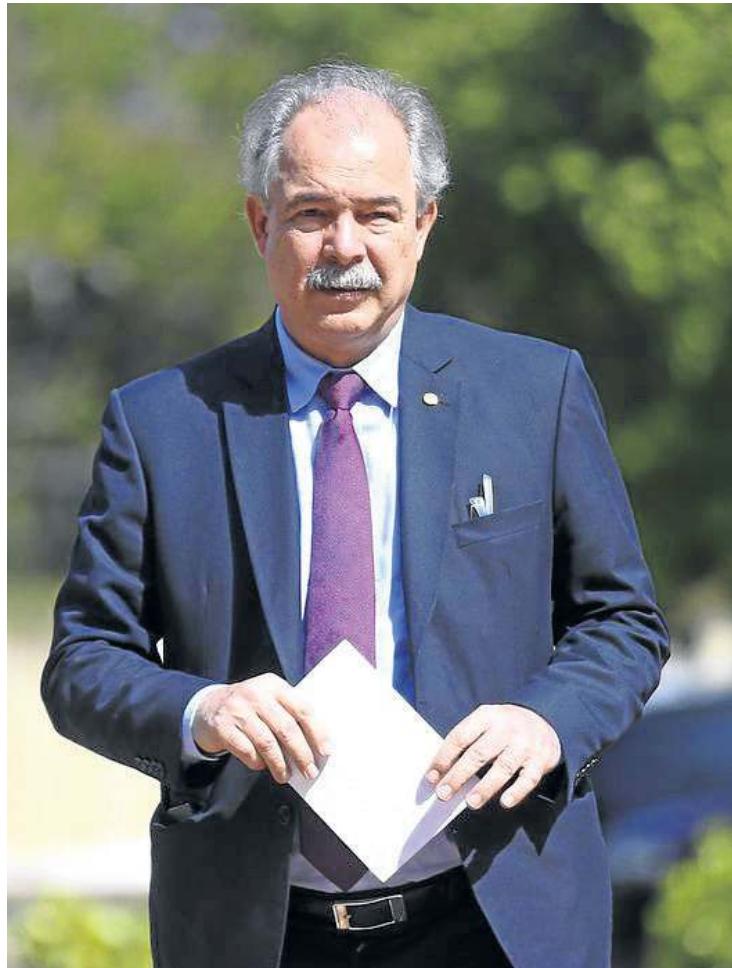
Ao **Correio**, Wellington Dias relatou que Lula agradeceu ao

senador Marcelo Castro por seu papel na construção de um entendimento sobre a PEC. “O presidente Lula confia na Câmara pelo importante interesse público na PEC do Bolsa Família, mais claro agora com o sucateamento grave de várias áreas”, disse.

O novo governo aponta falta de recursos para quase todos os

setores estratégicos e para a manutenção de programas essenciais, como o Farmácia Popular e obras de contenção das chuvas. Os documentos entregues ao governo eleito contêm, além de um diagnóstico da situação atual do país, sugestões para os primeiros 100 dias da gestão. Caberá a Lula acatar ou não as medidas.

Barbara Cabral/Esp. CB



Mercadante recebeu documento com reivindicações dos servidores

Trégua de três meses para Lula

» HENRIQUE LESSA

Entidades sindicais que representam os servidores públicos federais apresentaram, na última semana, as reivindicações do funcionalismo ao ex-ministro Aloizio Mercadante, coordenador geral dos grupos técnicos do gabinete de transição do governo do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O documento entregue apresenta os cálculos das perdas dos servidores com a inflação, que acumulam entre 30% e 40% em algumas carreiras. Dentro da categoria, alguns não têm reajuste desde 2017, ainda no governo de Michel Temer (MDB), como apontou o presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques.

O aviso já foi dado: Mercadante salientou que o novo governo não pode falar em aumento no primeiro momento. Apesar de criticar a falta de reajustes durante o governo Jair Bolsonaro (PL), a possibilidade fica por

conta do espaço fiscal, que depende da aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Transição. O texto, que passou pelo Senado Federal na última semana, ainda precisa da aprovação em dois turnos na Câmara dos Deputados.

Rudinei Marques afirmou que, diferentemente de 2022, quando a campanha salarial se iniciou em janeiro, as entidades do funcionalismo público devem buscar o caminho da negociação com o novo governo. Mas alerta que, a partir de março de 2023, os servidores poderão lançar as campanhas salariais e iniciar a mobilização pela reposição das perdas inflacionárias. A possibilidade de greve não é descartada. “É um governo montado por uma equipe com tradição no diálogo, mas não é por ser um governo de trabalhadores que podemos deixar assim. A maior greve do funcionalismo aconteceu exatamente em 2012, durante o governo de Dilma”, afirmou o sindicalista.

Já para Fábio Faiad Bottini, presidente do Sindicato Nacional dos

Funcionários do Banco Central (Sincen), não há que se falar em greves agora. As negociações já foram adiantadas com a entrega do documento ao ex-ministro Aloizio Mercadante, portanto deve-se aguardar a aprovação da PEC. “Temos que esperar e depois ver o que vamos negociar, em que termos. Ver quais propostas não salariais vão ser colocadas na mesa para as categorias. Têm coisas não salariais que podem ser muito interessantes. Haverá maturidade e boa vontade das partes, ninguém é louco de não ver que o Lula está pegando o país com o desequilíbrio fiscal do Paulo Guedes”, apontou o sindicalista.

Proposta do Judiciário

Bottini entende ser prematuro cravar qualquer posição. “Nunca houve, desde a redemocratização, a transição de um governo que deixou quatro anos sem reajuste para outro, esse é um fato inédito. Estamos tentando lidar com a calma que o

momento requer”, destacou.

Marques, por outro lado, defende que o piso mínimo de reajuste para o Executivo deve ser equivalente ao reajuste proposto este ano para os servidores do Judiciário. A proposta que ainda está em tramitação no Congresso prevê 18%, que serão escalonados em 4 parcelas durante 2023 e 2024. “Esperamos um pouco mais de 20%”, frisou. Marques relembrou que no Poder Judiciário os salários estão menos defasados que os do Executivo Federal.

O relator-geral do Orçamento de 2023, senador Marcelo Castro (MDB-PI), deve incluir na proposta orçamentária um espaço fiscal de R\$ 10 bilhões para o funcionalismo, caso a PEC seja aprovada. Esse novo espaço possibilita que o Executivo vá além da proposta do Judiciário, como evidenciou Marques. “Levamos essa reivindicação para a equipe de Transição, até porque hoje tem dinheiro, o que não tem é o orçamento, em função da Lei do Teto de Gastos”, concluiu.